



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL CABO BEBETO

PROJETO DE LEI Nº _____ / 2020

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 302/2020
Data: 10/03/2020 - Horário: 10:38
Legislativo

**DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO
CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO
ANUAL DE EXAMES DE VISÃO E AUDIÇÃO
DE TODOS OS ALUNOS E PROFISSIONAIS
DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE
ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta,

Art. 1º - Inclui no calendário escolar a realização anual exames de visão e audição de todos os alunos e profissionais da Educação da rede pública de ensino;

Art. 2º - Caberá a Secretaria de Estado da Educação desenvolver o planejamento para execução do que trata o Artigo anterior;

Art. 3º - Caberá, também, a Secretaria de Estado da Educação quantificar os custos para a aplicação desta Lei, bem como encaminhá-los para anotação no Orçamento Anual do Estado;

Art. 4º - Os alunos e servidores que forem identificados com alguma deficiência receberão assistência imediata do Estado;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, MACEIÓ EM
_____ DE _____ DE 2020.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL CABO BEBETO

JUSTIFICATIVA

Dados oficiais mostram que as deficiências auditivas e visuais, mesmo se forem pequenas, são fatores decisivos para o baixo aprendizado dos alunos e o baixo rendimento dos profissionais.

Dessa forma, tornar, por força de Lei, obrigatória a realização de exames anuais de visão e audição em toda rede pública de ensino é consolidar o respeito aos cidadãos. É dar uma nova vida e uma nova oportunidade para que aqueles que apresentem alguma deficiência, recebam o tratamento e a atenção devida pelo Estado.

É comum que o baixo desempenho, num primeiro momento, seja associado a falta de interesse, indisposição ou coisa assim, mas o fato é que por não saberem que portam algum problema na visão ou na audição, alunos e profissionais são julgados e prejudicados sumariamente, o que depõe contra os direitos sociais.

Dessa forma, peço aos meus ilustres pares que aprovem este Projeto de Lei e que nos unamos para cobrar do governo não só sua sanção como sua imediata aplicação, dada a sua importância humana e social.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, MACEIÓ EM
_____ DE _____ DE 2020.


CABO BEBETO
Deputado Estadual